

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte GAZETA DO Povo Class.: 45

Data 16/09/84 Pg.:

190 A decisão do presidente da Funai faz parar 68 processos indígenas

BRASILIA - Com a decisão do presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, esta semana, de não assinar a portaria que regulamentaria o Decreto 88.985/83, permitindo o ingresso das empresas mineradoras particulares nas áreas indígenas, continuam suspensos 68 processos que estão em tramitação no Departamento de Patrimônio Indígena da Funai. Pelo órgão, nos últimos anos, já passaram mais de 200 processos, que sempre foram indeferidos por não encontrarem respaldo na legislação. Dos processos que estão na Funai, 52 estão dirigidos para o Estado do Pará, onde a própria Funai levantou a presença de muito ouro em algumas áreas habitadas pelos índios Kaiapós; quatorze processos atingem áreas do Maranhão e dois no Amapá.

Embora do Amapá sejam poucos os pedidos formalizados pelas empresas interessadas na exploração do ouro, da cassiterita e do estanho existentes na área dos índios Ianomani, a expectativa é grande, inclusive da

própria Codesaima - Companhia do Desenvolvimento de Roraima, que já tem projetos para pesquisas de riquezas minerais nessa área. Uma questão que vinha sendo conduzida a nível de gabinetes agora despertou forte polêmica que deverá tornar-se ainda mais acirrada, com o projeto encaminhado, na sexta-feira, pelo presidente da Funai ao grupo interministerial que aprova a criação de novas áreas indígenas. O projeto pede a criação do Parque Indígena Ianomani, com aproximadamente 9.419.108 hectares, uma área quatro vezes maior do que o Parque Nacional do Xingu, onde vivem 9.250 índios Ianomani e Yokuanas.

O documento encaminhado pela Funai ao chamado "grupo" justifica a criação do parque frisando que a maior ameaça que recai sobre os Ianomani é a invasão contínua de garimpeiros em vários pontos de seu território. A criação do Parque Ianomani e a sua imediata demarcação, segundo acreditam os responsáveis pela comissão de apoio ao Par-

que Indígena Ianomani, ajudariam a evitar novas penetrações, pois a maior parte do território indígena continua livre da operação permanente por parte de não índios. Com a ameaça de aplicação do decreto, a comissão apressou a entrega de um documento ao presidente da Funai pedindo que o assunto fosse logo encaminhado ao grupo interministerial.

A maior parte dos 52 processos de empresas empenhadas na exploração de minérios no Pará atinge áreas ocupadas por diversos grupos Kaiapós - Gorotire, Kuben-Kran-Kren, Krokaimoro e Mekranotire, onde a presença de ouro já foi constatada em vários pontos. Esta área, segundo o presidente da Funai, está hoje invadida em muitos locais.

Na área do cacique Pombo, os próprios índios decidiram administrar o garimpo, permitindo a presença de garimpeiros na área. Os índios chegaram a conseguir de 12 a 16 milhões de cruzeiros de lucro por semana.



Henry Kissinger.